

## A (im)pertinência da velha dicotomia: direita x esquerda

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000.

**José Antonio Spinelli – UFRN**

Em seu livro recentemente publicado, *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*, o cientista político e jornalista André Singer aposta na força da ideologia como elemento estratégico das disputas democráticas. Não deixa de ser uma atitude de coragem intelectual, sobretudo quando se sabe do prestígio acadêmico e jornalístico desfrutado pelas freqüentes e reiteradas proclamações da morte das ideologias que, de tempos em tempos, assaltam as publicações científicas e as colunas culturais da grande imprensa. Apesar do caráter polêmico do assunto, o autor adota um estilo marcado pela sobriedade e constrói de forma metódica uma sólida linha de argumentação em favor de sua tese.

Nos anos 50 e início dos 60, a Escola de Michigan havia proclamado o fim da ideologia no campo das disputas eleitorais. Os teóricos de Michigan faziam estreita correlação entre voto ideológico e voto estruturado (o voto cognitivamente articulado), concluindo pelo caráter afetivo e psicológico do voto do eleitor de massa, distanciado de preocupações programáticas ou ideológicas. Apoiados em modernas técnicas de pesquisa de campo, os teóricos da Escola de Michigan pareciam dar um golpe mortal na teoria sociológica tradicional, em particular aquela que se expressava na versão clássica de Seymour M. Lipset, segundo a qual o voto seria determinado por condicionantes de classe.

Mesmo a identificação partidária, reconhecida pelos teóricos de Michigan, no caso americano, como importante elemento estruturador do voto, era explicada por influências familiares sofridas pelo indivíduo em seus anos de formação. Estavam descartadas, assim, determinantes da situação de classe ou da ideologia, que só afetavam uma minoria pouco significativa do eleitorado.

De acordo com Singer, a aceitação dos postulados de Michigan conduz ao irracionalismo, uma vez que a identidade partidária seria desprovida de conteúdo, sujeita, portanto, à manipulação emocional. Isso teria levado alguns autores a procurar fundamentos mais sólidos para a democracia.

Apesar disso, as críticas da corrente da Escola de Michigan (psicossociologia), haviam demonstrado o caráter desestruturado (em seus aspectos cognitivos) do pensamento do eleitor de massa. Estudos posteriores, realizados a partir dos anos 60, propiciaram a reelaboração do conceito de ideologia, de modo a incorporar a noção de foco ideológico fraco, ou imagem ideológica (Sartori), chegando-se à concepção de “sentimento ideológico”, que não requer forte estruturação cognitiva, ou sofisticação conceptual por parte do eleitor, mas assinala a adesão do mesmo ao contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador, funcionando como sensor que economiza informação (dispensando o eleitor comum de fazer intrincada análise de programas partidários) e lhe subministra orientação para definir seu voto.

Singer incorpora a idéia de Sartori, segundo a qual as noções de esquerda e direita são “caixas vazias”, de conteúdo “recarregável”, o que lhe permite também aceitar a sugestão (de Ronald Inglehart) de uma relativa desconexão entre ideologia e pertinência de classe. Dessa forma, embora o autor não levante a questão, poder-se-ia dizer que os novos movimentos sociais, com sua problemática “expressiva”, distinta da “objetividade” da luta de classes, podem ser incorporados à dinâmica do conflito ideológico, compreendido em sua versão “fraca”.

Singer chama atenção para o fato de que pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Europa, e também no Brasil, embora em menor escala, demonstraram que o eleitor comum é realmente capaz de definir sua própria posição ideológica e identificar a situação dos partidos no espectro esquerda-direita, passando por várias gradações. Essa capacidade do eleitor comum demonstraria que a divisão ideológica própria ao campo da política democrática foi internalizada em larga medida pelo mesmo, que a traduziu em seus próprios termos, na forma de um “sentimento ideológico” conectado à sua visão de mundo.

A autolocalização do eleitor no espectro esquerda-direita não significa que ele tenha visão cognitivamente estruturada dessa divisão ideológica, nem que saiba verbalizar coerentemente tal compreensão; no entanto, ela seria o mais importante instrumento à sua disposição para definir as suas opções eleitorais.

Neste sentido Singer observa que enquanto a literatura internacional tem revalorizado a ideologia, os estudiosos brasileiros têm caminhado na direção oposta, sofrendo profunda influência da Escola de Michigan, que “ênfatiza a desestruturação cognitiva do eleitorado” (p. 39). Nos últimos anos, porém, alguns *surveys* e pesquisas em nosso país, têm abordado esse importante aspecto, embora ele realce a novidade de sua própria abordagem, que trabalha explicitamente essa variável.

Utilizando os resultados de *surveys* realizados em 1989 e 1993 pelo consórcio CEDEC/USP/DataFolha e cruzando-os com os resultados das eleições de 1989 e 1994, o autor dedica-se a questionar alguns mitos que compõem o senso comum acerca do comportamento do eleitor médio brasileiro.

Um desses mitos diz respeito ao caráter volátil do nosso comportamento eleitoral; apoiado em dados das eleições presidenciais de 1989 e 1994, e das eleições estaduais paulistas de 1990, Singer procura demonstrar que o eleitor tem mantido a coerência ideológica em suas opções, apesar da instabilidade do quadro partidário.

A análise das eleições de 1994 é particularmente interessante, pois segundo muitos intérpretes, tanto no meio acadêmico como jornalístico, naquelas eleições a economia teria suplantado a ideologia, a qual parecia ter sido muito forte nas

eleições de 1989, em que um candidato de esquerda (Lula) e outro de direita (Collor) se defrontaram abertamente. Ao contrário disso, nas eleições de 1994, o sucesso recente do plano econômico do ministro da fazenda teria relegado as posições ideológicas a um plano secundário.

O autor defende uma tese interessante: não foi o desempenho do Plano Real considerado isoladamente, o principal indutor do voto; quer dizer, não foi a estabilidade financeira o principal dado que possibilitou o êxito eleitoral de F. H. Cardoso, mas, sobretudo, a expectativa de reformas sociais, de redistribuição de renda, que o eleitor projetava, vindo em FHC mais condições para realizá-las que em Lula.

Argumentando de forma engenhosa, o autor procura demonstrar que o principal efeito do Plano Real foi criar uma expectativa de estabilidade futura, algo que Francisco de Oliveira expressou com a idéia de “mudança social regressiva”. Nesse sentido, diria Singer, o voto em 1994 foi prospectivo. Que relação tem isso com a ideologia? É que, segundo ele, o voto prospectivo implica numa avaliação ideológica por parte do eleitor. Em suma, o voto prospectivo (aquele que é dado tendo em vista expectativas futuras) não apaga, pelo contrário, acentua o alinhamento (sobretudo ideológico) do eleitor.

Continuando em sua análise e utilizando dados da pesquisa *Tipologia do Voto Paulista*, o autor afirma que se indicadores tradicionais como renda e escolaridade não foram bons preditores do voto em 1994, a identidade partidária e a identificação ideológica tiveram influência determinante, ao lado da satisfação com o plano econômico. A propósito da identidade partidária, ele faz a importante ressalva de que os eleitores que têm opção partidária clara são um subconjunto dos eleitores com identificação ideológica.

A partir daí faz uma importante pergunta: a satisfação com o real independeu da ideologia na determinação do voto? Examinando os dados, ele conclui que os dois fatores - satisfação com o plano econômico e identificação ideológica - atuaram de forma relativamente independente. No entanto, o alcance da satisfação com o Real na

determinação do voto estava relacionado à auto-localização do eleitor na escala do espectro ideológico; assim, enquanto para os eleitores de esquerda a satisfação com o plano foi suplantada pela identificação ideológica, para os eleitores do centro ideologia e economia se equilibraram, e para os eleitores de direita a influência do Plano foi mais determinante.

Nessa medida pode-se concluir que importantes fatores conjunturais - na eleição de 1994, o Plano Real - podem decidir uma eleição. No entanto, duas ressalvas importantes devem ser feitas: 1) esses fatores não apagam alinhamentos prévios, que continuam a ser preditores importantes do voto; 2) a própria forma como esses fatores atuam combina-se com aqueles alinhamentos prévios, sendo sobredeterminados por eles.

Um outro aspecto instigante que o autor desenvolve é o que diz respeito ao tema da igualdade, que a literatura consagrou como divisor de águas entre esquerda e direita. Aqui mesmo no Brasil, Antônio Flávio Pierucci conduziu uma série de estudos entre eleitores de Jânio e Maluf na cidade de São Paulo que confirmam a centralidade do tema para explicar a clivagem ideológica do eleitorado. Singer contesta tal centralidade, levantando dois argumentos: 1) a nossa desigualdade social é tão grande que produz, na consciência social, uma repulsa generalizada; 2) o eleitor brasileiro pobre vota em geral com a direita.

Se o igualitarismo não é divisor de águas entre esquerda e direita no Brasil, a forma de ser igualitário é distinta: enquanto o eleitor brasileiro de direita reivindica a mão visível do Estado para promover mudanças sociais que combatam a desigualdade social, o nosso eleitor de esquerda desconfia da tutela do Estado e aposta na mobilização social e na capacidade de transformação dos movimentos sociais organizados.

É surpreendente que o eleitorado de direita manifeste tal apreço pelas virtudes do Estado em resolver os problemas sociais, o que talvez explique porque os partidos mais tradicionais da direita (PFL e PPB) têm mais dificuldades em apoiar as medidas liberalizantes do governo, enquanto o PSDB, um partido de centro (o eleitorado de

centro é mais liberal), tem mais desenvoltura em adotar medidas antiestatistas e promover o desmonte dos direitos sociais.

O eleitor que vota na direita quer mudanças através do Estado, para preservar a ordem, acentuando a autoridade estatal e apoiando seu direito de reprimir os movimentos sociais; o eleitor de esquerda contesta a autoridade do Estado, preferindo correr o risco da instabilidade.

Segundo o autor, a clivagem ideológica é mais forte justamente quando se trata da imposição dos aparatos repressivos da sociedade política - é aqui que a direita mais afasta-se da esquerda. A direita, em geral, apoia a autoridade do Estado e o exercício dessa autoridade sobre as instituições sociais.

No que diz respeito à democracia há também uma forte clivagem entre esquerda e direita: a esquerda e o centro são mais democráticos que a direita, embora os dois extremos sejam menos democráticos que o centro. Segundo o autor, o sistema de crenças do público de direita enfatiza a idéia do Estado forte para realizar as mudanças igualitárias almejadas.

Certamente, as questões levantadas pelo estudo de André Singer podem suscitar uma intensa polêmica e requerem pesquisas mais amplas para o seu aprofundamento. Não há dúvida, porém, que tais questões estão a cobrar de nossos cientistas políticos e sociais mais estudo e reflexão do que lhe tem sido tradicionalmente consagrado.